

## **Manifesto RAC**

### **Manifesto pela democratização do acesso e transparência das atividades do Congresso Nacional**

Diante dos desafios impostos pela pandemia da covid-19, saudamos o Congresso Nacional pelo protagonismo no desenvolvimento de ferramentas que permitiram a continuidade da atividade legislativa, remotamente, respeitando os protocolos de segurança sanitária.

Esse novo cenário, por outro lado, agravou questões antigas, pertinentes ao acesso ao Poder Legislativo e à transparência de suas atividades. A participação social é esteio da história democrática brasileira, da Constituinte aos grandes avanços sociais e econômicos conquistados no combate às desigualdades e à pobreza, o espaço político jamais prescindiu da participação da sociedade civil.

Causa-nos preocupação que, ainda que tenhamos um sistema que permita a deliberação de proposições remotamente, não tenha sido garantido à sociedade civil espaço para sua participação nesse processo. Agravaram-se também os problemas relacionados à previsibilidade sobre as matérias que serão pautadas e deliberadas. De um lado, é preciso retomar e ampliar a participação que a sociedade sempre teve na esfera pública; de outro, o novo ritmo imposto ao cenário nacional demanda a escuta ativa da população.

A participação social, cabe destacar, é um direito humano previsto no artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, e no artigo 23 do Pacto de San José da Costa Rica, além de estar inscrita em nosso ordenamento jurídico no parágrafo único do artigo 193 da Constituição Federal, que prevê a participação da sociedade nos processos de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. A garantia desse direito fundamental também no processo legislativo não apenas garante maior legitimidade, transparência e controle social nos processos de tomada de decisão, como é capaz de promover maior razoabilidade na definição de políticas e no fortalecimento da democracia.

Com isso, as organizações abaixo subscritas vêm, por meio deste manifesto, demandar mais transparência no processo legislativo e nas ferramentas de participação social.

Solicitamos:

- Transparência do colégio de líderes: publicação de ata e resultado da reunião do colégio de líderes, em tempo hábil para que a sociedade civil possa dialogar com seus representantes;

- Votação nominal para todas as matérias que forem deliberadas durante o período emergencial, para que a sociedade civil saiba como seus representantes estão se manifestando;
- Garantia de Previsibilidade:
  - na divulgação da pauta de votação no plenário virtual ao menos 2 dias úteis antes da reunião, para que haja tempo hábil para que a sociedade civil possa participar e contribuir durante as deliberações no Congresso ;
  - divulgação do texto que será deliberado (parecer do relator e/ou substitutivo) ao menos 2 dias úteis antes da reunião em que a proposição será discutida, para que sociedade civil possa tomar ciência do que está sendo analisado pelos seus representantes. A cada apresentação de novo relatório reinicia-se a contagem do prazo, garantindo assim a informação de qualidade para a sociedade civil;
- Garantia de que projeto em regime de urgência não seja incluído no mesmo dia da sessão em que o requerimento foi aprovado, assegurando que haja debate público sobre o tema;
- Intensificar o desenvolvimento e a utilização da Plataforma Cidadã – sistemas e-cidadania (Senado Federal) e e-democracia (Câmara dos Deputados), por meio da:
  - Promoção do engajamento de parlamentares;
  - Visibilidade e transparência durante o processo de discussão das proposições;
  - Incorporação de mecanismos de participação das organizações e cidadãos;
- Abertura dos gabinetes para escuta da sociedade civil organizada, por meio de campanha de comunicação institucional a ser elaborada e implementada pelas Casas com o objetivo de incentivar os gabinetes a aprofundar a escuta ativa da sociedade civil;
- Protocolo público de contribuições, para que as propostas de todas as organizações e respectivos conteúdos enviados sejam públicos e juntados à tramitação das proposições;
- Realização de audiências públicas virtuais sobre os projetos em discussão, antes da votação, para interação prévia entre parlamentares e setores da sociedade interessados nos temas;
- Divulgação das notas taquigráficas referentes aos trabalhos das Comissões Permanentes e Temporárias da Câmara e Senado, para aperfeiçoar as formas como a sociedade civil tem contato com os debates legislativos;
- Ampliação da disponibilização de dados abertos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal;

Brasília, 28 de setembro de 2021

Subscvem este manifesto:

1. #MeRepresenta
2. 2EP Consultoria, Treinamento & Pesquisa

3. 350.org Brasil
4. A.M.I.G.A.S - Associação de Mulheres de Itaguaí Guerreiras e Articuladoras Sociais
5. ABCR - Associação Brasileira de Captadores de Recursos
6. ABI (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA)
7. Abong - Associação Brasileira de ONGs
8. Ação Educativa
9. ACT Promoção da Saúde
10. ALAMPYME Brasil
11. AMAR Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária
12. ANDI - Comunicação e Direitos
13. Articulação das Pastorais da Ecologia integral do Brasil
14. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
15. Asibama/AC
16. ASIBAMA/ES
17. Associação Alternativa Terrazul
18. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
19. Associação Cultural Educacional e Assistencial Afro Brasileira Ogban
20. Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – Fineduca
21. Associação Nacional dos Centros de Defesa - ANCED Seção DCI Brasil
22. AVAAZ
23. Avante-Educação e Mobilização Social
24. Banquetaço
25. Caminha Rio
26. Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2
27. Casa de Cultura Iao
28. CEBs de Sao Jose do Rio Preto
29. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedeca Glória de Ivone
30. CENTRO SANTO DIAS DE DIREITOS HUMANOS
31. Centro Vida Organica
32. Cidade Escola Aprendiz
33. Coalizão Direitos Valem Mais
34. Cogemas MG
35. Conectas
36. Conectas Direitos Humanos
37. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG
38. Conselho do Povo Terena
39. CPT
40. Dado Capital
41. Delibera Brasil
42. Elas no Poder
43. Engenheiros Sem Fronteiras - Brasil
44. Escola da Cidadania José de Souza Cândido - Diocese de Mogi das Cruzes
45. FBOMS Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
46. FENAPSI Federação Nacional dos Psicólogos

47. FIAN Brasil - Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas
48. Floresta Viva
49. Fórum da Cidadania de Santos (SP)
50. Fórum Social da Baixada Santista (SP)
51. Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito
52. Fundação Grupo Esquel Brasil
53. Fundação José Luiz Egydio Setúbal
54. Fundación Avina
55. Gestos (soropositividade, comunicação, gênero)
56. Girl Up Brasil
57. Greenpeace Brasil
58. Grito dos Excluídos Continental
59. IDEASSU
60. Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
61. IDS - Instituto Democracia e Sustentabilidade
62. IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
63. Inesc - Instituto de Estudos Socioeconômicos
64. Iniciativa Negra por uma nova política sobre drogas
65. Instituto Alana
66. Instituto Cidade Democrática
67. Instituto de Defesa do Direito de Defesa - IDDD
68. Instituto Escolhas
69. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
70. Instituto Migrações e Direitos Humanos
71. Instituto Reos
72. Instituto Socioambiental - ISA
73. Instituto Soma Brasil
74. Instituto Sou da Paz
75. Instituto Talanoa
76. International Rivers
77. Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
78. IPAD - Instituto Pensamentos e Ações para Defesa da Democracia
79. IROHIN - Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro Brasileira
80. Kurytiba Metropole
81. Liga Solidária
82. Lobby Para Todos
83. Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais
84. MCCE Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
85. Missão Paz
86. Movimento Nossa BH
87. Movimento Popular de Saúde
88. Movimento Raiz Cidadanista
89. NEV
90. Observatório para qualidade da lei
91. Observatório Social do Brasil Medianeira
92. Open Knowledge Brasil
93. Oxfam Brasil

94. Pastoral da Educação do Regional Sul 1/CNBB da CNBBB
95. Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo
96. Pastoral Fé e Política da Diocese de Campo Limpo
97. Pastoral Fé e Política, região episcopal Lapa arquidiocese de São Paulo
98. Plan International Brasil
99. Plataforma Dhesca Brasil
100. Plataforma MROSC
101. ponteAponte
102. Projeto Explicando Direito
103. Projeto Saúde e Alegria
104. Rede Brasileira de Conselhos -RBdC
105. Rede Conhecimento Social
106. Rede GTA
107. RNPI - rede nacional primeira infância
108. Serviço Franciscano de Solidariedade - SEFRAS
109. Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz
110. SinPsi-SP Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo
111. Sistema Observatório Social do Brasil
112. Terra de Direitos
113. Toxisphera Associação de Saúde Ambiental
114. Trabalho de Apoio a Migrantes Internacionais -TAARE
115. Transparência Capixaba
116. Transparência Eleitoral Brasil
117. Transparência Internacional - Brasil
118. Turma do Bem
119. Unidos Contra a Corrupção
120. Visão Mundial
121. WWF-Brasil